



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638702 - SP (2021/0001784-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GUSTAVO PICCHI - SP311018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ELTON LUIS SANT ANA (PRESO)
OUTRO NOME : ELTON LUIZ SANT ANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELTON LUIS SANT ANA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0008739-83.2020.8.26.0996).

O paciente cumpre pena total de 16 anos, 4 meses e 23 dias de reclusão com previsão de término da pena em 16/6/2030.

Em primeiro grau, foi fixada a data-base para progressão de regime como sendo a do preenchimento do requisito objetivo (lapso temporal), o que ocorreu antes do requisito subjetivo (exame criminológico).

Irresignado, o *parquet* agravou, tendo sido o recurso provido pelo Tribunal de origem para fixar que, "tendo em vista que o último dos requisitos previstos no artigo 112 da LEP (requisito subjetivo), apenas foi implementado a partir do laudo aceito, deve ser reformada a decisão agravada a fim de determinar a retificação do cálculo para constar como data-base para efeito de nova progressão a data do preenchimento do requisito subjetivo, qual seja 20.3.2020".

O impetrante afirma que o julgado atacado diverge do que teria sido decidido nesta Corte.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para determinar que a data-base para a progressão ao regime aberto seja a data em que o sentenciado preencheu o lapso temporal para a progressão ao regime semiaberto (14/7/2019).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O pedido de liminar não tem plausibilidade jurídica.

O Superior Tribunal de Justiça, acompanhando o Supremo Tribunal Federal, fixou o entendimento de que a data inicial para progressão de regime deve ser aquela em que o reeducando preencheu os requisitos objetivo e subjetivo previstos no art. 112 da Lei de Execução Penal. Veja-se julgado nesse sentido:

EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. PROGRESSÃO DE REGIME. DATA-BASE. IMPLEMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. DECISÃO DECLARATÓRIA. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

I - A Terceira Seção desta Corte, nos termos do entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir *habeas corpus* em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A Segunda Turma do col. Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 115.254/SP, firmou entendimento de que a decisão que concede a progressão de regime tem natureza declaratória e não constitutiva, razão pela qual o marco inicial para a progressão seguinte será a data em que o apenado preencher os requisitos legais e não aquela da decisão que concedeu ou do efetivo início da reprimenda no regime anterior.

III - Alinhando-se à novel orientação da col. Suprema Corte, a Quinta Turma deste Tribunal Superior, no julgamento do AgRg no REsp n. 1.582.285/MS, passou a perfilhar a orientação de que "a data inicial para progressão de regime deve ser aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no regime atual."

IV - Dessa forma, verifica-se manifesta ilegalidade na decisão que fixa, como marco para a concessão de novos benefícios, a data em que foi deferida a progressão ao regime semiaberto. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar a r. decisão de 1º Grau e o v. acórdão combatido e determinar que o d. Juízo da Execução Penal observe, como data-base para futura progressão de regime, a do efetivo implemento dos requisitos objetivo e subjetivo, nos termos do art. 112 da LEP. (HC n. 525.194/SP, relator Ministro Leopoldo de Arruda Raposo, desembargador convocado do TJPE, Quinta Turma, DJe de 20/11/2019.)

No julgamento do AgRg no HC n. 620.573/SP (relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 7/12/2020), entendeu a mesma Quinta Turma que, ainda que exista o implemento do requisito objetivo, como na espécie, em data anterior à realização do exame criminológico favorável, considera-se esse último marco temporal e não o primeiro como sendo a data-base para a progressão de regime.

Essa conclusão coincide com o que decidido no acórdão ora combatido.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente